



DETRAN-SP

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO

Agente Estadual de Trânsito

- Língua Portuguesa
- Redação Discursiva
- Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático
- Direito Constitucional
- Código de Trânsito Brasileiro
- Noções de Informática (On-line)
- Direito Administrativo (On-line)
- Resoluções do CONTRAN (On-line)
- Legislação estadual (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca Instituto Avalia
Legislação comentada

DE ACORDO COM EDITAL DE Nº 1/2026

Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo

DETRAN-SP

Agente Estadual de Trânsito

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Agente Estadual de Trânsito de acordo com o Edital nº 1/2026, do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes *Importante e Dica*, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção *Hora de Praticar*, com questões gabaritadas da banca *Instituto Avalia* com complemento de bancas variadas, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Noções de Informática, Direito Administrativo, Resoluções do CONTRAN e Legislação estadual disponíveis em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	17
■ COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	17
INTRODUÇÃO.....	17
INFERÊNCIAS.....	17
A INDUÇÃO.....	18
A DEDUÇÃO	18
Conhecimento Linguístico.....	18
Conhecimento Textual.....	19
Conhecimento de Mundo	19
INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS FUNCIONAIS	19
Editais	19
Comunicados	19
Requerimentos	20
Avisos	20
Instruções.....	20
ANÁLISE DO PONTO DE VISTA OU DA IDEIA CENTRAL E ARGUMENTAÇÃO	20
Ponto de Vista do Autor na Literatura	21
ELEMENTOS DE COESÃO	21
Coesão Referencial.....	22
Uso de Pronomes ou Pronominalização.....	22
Uso de Numerais.....	23
Uso de Advérbios	23
Uso de Nominalização.....	23
Uso de Verbos Vicários	23
Uso de Elipse.....	24
COESÃO SEQUENCIAL	24
Conjunções Coordenativas	24
Conjunções Subordinativas.....	24
Conjunções Integrantes.....	25
COESÃO RECORRENCIAL	25
Uso de Repetições	25

Uso de Paráfrase.....	25
Uso de Paralelismo	25
ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS	26
Ideia Principal e Ideias Secundárias	26
■ TIPOLOGIA E GÊNEROS TEXTUAIS	26
CONHECENDO OS TIPOS TEXTUAIS.....	26
Descritivo.....	29
Expositivo	29
Instrucional ou Injuntivo	30
Dissertativo e Argumentativo.....	31
GÊNEROS TEXTUAIS	31
Notícia.....	33
Reportagem.....	34
Artigo de Opinião	34
Editorial.....	35
Crônica.....	36
GÊNEROS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS	37
Estrutura e Finalidades	37
Exemplos de Gêneros Técnico-Administrativos	37
■ SEMÂNTICA: RELAÇÕES SEMÂNTICAS.....	38
OPOSIÇÃO, CONCLUSÃO, CONCESSÃO, CAUSALIDADE, ADIÇÃO E ALTERNÂNCIA.....	38
SINONÍMIA	39
ANTONÍMIA.....	39
FIGURAS DE LINGUAGEM	39
Elipse	39
Zeugma.....	40
Pleonasmo	40
Polissíndeto.....	40
Assíndeto.....	40
Anáfora	40
Aliteração.....	40
Assonância.....	40
Onomatopeia.....	40
Hipérbato ou Inversão	40
Anástrofe	40

Silepse	41
Anacoluto	41
FIGURAS DE PALAVRAS.....	41
Comparação	41
Metáfora	41
Metonímia.....	42
Sinédoque.....	42
Antonomásia ou Perífrase.....	43
Sinestesia	43
FIGURAS DE PENSAMENTO.....	43
Antítese.....	43
Personificação ou Prosopopeia.....	43
Paradoxo.....	43
Eufemismo	43
Hipérbole	43
Ironia	44
Gradação	44
Apóstrofe.....	44
■ ORTOGRAFIA OFICIAL, ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	44
■ EMPREGO DO ACENTO INDICATIVO DE CRASE	46
■ EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS	48
PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	56
COLOCAÇÃO PRONOMINAL	58
■ SINTAXE DA ORAÇÃO E DO PERÍODO.....	65
PERÍODO SIMPLES	66
PERÍODO COMPOSTO (COORDENAÇÃO E SUBORDINAÇÃO).....	72
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	76
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL.....	78
FUNÇÕES DAS PALAVRAS “QUE” E “SE”	83
■ EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO	84
■ FLEXÃO E EMPREGO DOS VERBOS: TEMPOS E MODOS VERBAIS, TEMPOS COMPOSTOS E VOZES VERBAIS.....	88
■ REESCRITA DE FRASES	90

REDAÇÃO DISCURSIVA.....	101
■ INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA.....	101
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO.....	135
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS: OPERAÇÕES, PROPRIEDADES E APLICAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO)	135
NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS, REAIS	135
NÚMEROS COMPLEXOS	146
REPRESENTAÇÃO ALGÉBRICA DE UM NÚMERO COMPLEXO	146
FORMA TRIGONOMÉTRICA DE UM NÚMERO COMPLEXO.....	148
Norma e Módulo	148
Módulo do Produto, do Quociente e da Soma de Números Complexos	148
Plano de Argand-Gauss e Argumento.....	149
Multiplicação de Complexos na Forma Trigonométrica.....	149
Divisão de Complexos na Forma Trigonométrica	149
O Inverso de um Número Complexo em sua Forma Trigonométrica	150
FÓRMULAS DE MOIVRE	150
Potenciação de Números Complexos	150
Radiciação de Números Complexos – Extração de Raízes.....	150
FORMA EXPONENCIAL DE UM NÚMERO COMPLEXO	151
FORMA POLAR DE UM NÚMERO COMPLEXO	151
EQUAÇÕES BINOMIAIS	151
EQUAÇÕES TRINOMIAIS	152
■ RAZÃO, PROPORÇÃO E GRANDEZAS DIRETAMENTE E INVERSAMENTE PROPORCIONAIS	153
RAZÃO E PROPORÇÃO COM APLICAÇÕES	153
PROPRIEDADE DAS PROPORÇÕES.....	153
Somadas Externas	153
Somadas Internas	153
Soma com Produto por Escalar	154
REGRA DA SOCIEDADE.....	154
Diretamente Proporcional	154
Inversamente Proporcional	154

■ REGRA DE TRÊS SIMPLES E COMPOSTA.....	156
REGRA DE TRÊS SIMPLES	156
REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	158
■ PORCENTAGEM.....	160
NÚMERO RELATIVO.....	161
SOMA E SUBTRAÇÃO DE PORCENTAGEM	161
■ SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO.....	162
COMPOSIÇÃO DE MOEDAS E CÉDULAS DO SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO.....	162
FABRICAÇÃO DE PAPEL-MOEDA.....	163
■ JUROS SIMPLES E COMPOSTOS	164
JURO.....	164
CAPITAL	164
MONTANTE	164
PERÍODO.....	164
TAXA DE JUROS.....	164
TAXA PERCENTUAL	165
TAXA UNITÁRIA	165
JUROS SIMPLES.....	165
Cálculo do Montante em Juros Simples	165
JUROS COMPOSTOS.....	167
■ EQUAÇÕES, INEQUAÇÕES E SISTEMAS DO 1º E 2º GRAUS	169
EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU.....	169
Gráfico de uma Equação do Primeiro Grau.....	170
INEQUAÇÃO DE PRIMEIRO GRAU.....	171
EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU	172
Soma e Produto das Raízes.....	173
Gráfico de uma Equação do Segundo Grau	173
INEQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU	175
EQUAÇÕES BIQUADRADAS.....	177
SISTEMA DE EQUAÇÕES.....	177

Sistemas de Equação de Primeiro Grau: Sistemas Lineares.....	177
Sistemas de Equações do Segundo Grau.....	178
■ SEQUÊNCIAS, PROGRESSÕES ARITMÉTICAS (PA) E PROGRESSÕES GEOMÉTRICAS (PG).....	179
SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS	179
SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS ALTERNADAS.....	179
PROGRESSÃO ARITMÉTICA	179
Termo Geral da PA	179
Soma dos Termos da PA	180
Termo Central de uma PA.....	180
PROGRESSÃO GEOMÉTRICA.....	181
Termo Geral da PG	181
Soma dos Termos de uma PG	181
Soma dos Infinitos Termos de uma Progressão Geométrica	181
INTERPOLAÇÃO EM SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS	182
SEQUÊNCIAS FIGURAL	182
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA	184
FATORIAL DE UM NÚMERO NATURAL	184
PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM	184
PRINCÍPIO ADITIVO DA CONTAGEM.....	184
PERMUTAÇÕES.....	185
Permutação Simples	185
Permutação com Repetição	185
Permutação Circular ou Permutação sem Repetição	185
ARRANJOS.....	186
Arranjo Simples	186
Arranjo com Repetição.....	187
COMBINAÇÕES.....	187
■ NOÇÕES DE PROBABILIDADE.....	187
EXPERIMENTO ALEATÓRIO, ESPAÇO AMOSTRAL E EVENTO	187
PROBABILIDADE EM ESPAÇOS AMOSTRAIS EQUIPROVÁVEIS	188
Definição Frequentista	188
Definição Clássica.....	189

PROBABILIDADE EM ESPAÇOS AMOSTRAIS NÃO EQUIPROVÁVEIS.....	189
EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUSIVOS	189
Probabilidade da União e da Intersecção.....	189
EVENTOS INDEPENDENTES	190
EVENTOS COMPLEMENTARES	190
LEI BINOMIAL DA PROBABILIDADE	190
PROBABILIDADE CONDICIONAL	191
TEOREMA DO PRODUTO	191
PROBABILIDADE DE DOIS EVENTOS SUCESSIVOS	192
GRANDEZAS, SISTEMAS DE MEDIDAS E CÁLCULO DE ÁREAS E VOLUMES: RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA	194
ÁREAS DE FIGURAS PLANAS	194
GEOMETRIA ESPACIAL	196
Elementos Fundamentais da Geometria Espacial.....	196
Posição Relativa entre Retas e Planos.....	197
Sólidos Geométricos: Poliedros	197
Corpos Redondos.....	200
MEDIDAS DE COMPRIMENTO, ÁREA, CAPACIDADE E VOLUME: CONVERSÃO DE UNIDADES.....	208
Medidas de Comprimento	208
Medidas de Área ou Superfície.....	208
Medidas de Volume ou Capacidade.....	208
Medidas de Tempo.....	209
Medidas de Massa	209
Medidas de Temperatura.....	210
COMPREENSÃO DE ESTRUTURAS LÓGICAS, PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS E TABELA-VERDADE.....	211
VALORES LÓGICOS.....	211
ESTRUTURA LÓGICA.....	211
A Negação com o Conectivo “não”	211
Conjunção (Conectivo “e”)	211
Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)	211
Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”).....	212
Condicional (Conectivo “se... então”)	212
Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)	212
Bino vai ao cinema se, e somente se, ele receber dinheiro.	212

PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES	212
SENTENÇA ABERTA	213
PRINCÍPIOS DA LÓGICA PROPOSICIONAL	214
Princípio do Terceiro Excluído	214
Princípio da Não Contradição	214
Princípio da Identidade	214
PREDICADOS.....	214
Objeto	214
Variáveis	214
Quantificadores.....	214
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS E CONECTIVOS LÓGICOS.....	215
Conjunção (Conectivo “e”)	215
Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)	215
Disjunção Exclusiva (Conectivo “ou...ou”)	215
Condicional (Conectivo “se, então”).....	215
Bicondicional (Conectivo “se e somente se”)	215
Negação	216
TABELA-VERDADE.....	217
Negação	217
Dupla Negação.....	218
Conjunção “e”	218
Disjunção “ou”	218
Disjunção Exclusiva “ou ... ou”	218
Bicondicional “se e somente se”	218
Condicional “se..., então”	219
TAUTOLOGIA.....	219
CONTRADIÇÃO	219
CONTINGÊNCIA	220
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	220
CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS	220
QUANTIFICADOR UNIVERSAL (AFIRMATIVO) “TODO”	220
QUANTIFICADOR UNIVERSAL (NEGATIVO) “NENHUM”	221
QUANTIFICADOR PARTICULAR (AFIRMATIVO): “ALGUM” / “PELO MENOS UM” / “EXISTE”	221
QUANTIFICADOR PARTICULAR (NEGATIVO): “ALGUM” / “PELO MENOS UM” / “EXISTE” + “NÃO”	221

NEGAÇÃO DOS QUANTIFICADORES LÓGICOS.....	222
EQUIVALÊNCIA LÓGICA DE QUANTIFICADORES	223
Todo.....	223
Nenhum	223
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	224
ANALOGIAS.....	224
INFERÊNCIAS.....	224
DEDUÇÕES	225
CONCLUSÕES	225
■ INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS, TABELAS, GRÁFICOS E INDICADORES	226
LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TABELAS	226
LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS	227
Colunas ou Barras Justapostas	227
Gráfico de Setores (ou de Pizza)	228
Gráfico de Linha	228
Histograma	229
■ IDENTIFICAÇÃO DE VARIAÇÕES E TENDÊNCIAS; E RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DO RACIOCÍNIO ANALÍTICO E NA TOMADA DE DECISÃO BASEADA EM INFORMAÇÕES	230
MÉDIA ARITMÉTICA.....	231
MÉDIA PONDERADA.....	231
MEDIANA.....	231
MODA.....	232
POSIÇÃO RELATIVA DA MÉDIA, MEDIANA E MODA.....	232
DESVIO	232
DESVIO ABSOLUTO MÉDIO.....	232
VARIÂNCIA.....	233
DESVIO PADRÃO.....	233
COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	233
VARIÂNCIA RELATIVA	233
DIREITO CONSTITUCIONAL	249

■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	249
CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ARTS. 1º A 4º)	249
APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	253
INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL	255
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	256
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º).....	257
DIREITOS SOCIAIS (ARTS. 6º A 11).....	278
NACIONALIDADE (ARTS. 12 E 13).....	285
DIREITOS POLÍTICOS (ARTS. 14 A 16).....	288
■ ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	291
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19).....	292
UNIÃO	293
ESTADOS FEDERADOS	295
MUNICÍPIOS.....	297
DISTRITO FEDERAL	298
■ ORGANIZAÇÃO DOS PODERES.....	308
PODER LEGISLATIVO	308
PODER EXECUTIVO	327
PODER JUDICIÁRIO	334
FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	359
■ SEGURANÇA PÚBLICA E SEGURANÇA VIÁRIA (ART. 144 E SUAS ALTERAÇÕES)	366
CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO.....	373
■ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	373
■ SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO	375
■ NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA	386
■ CONDUÇÃO DE VEÍCULOS POR MOTORISTAS PROFISSIONAIS.....	402
■ PEDESTRES E CONDUTORES DE VEÍCULOS NÃO MOTORIZADOS	403
■ DO CIDADÃO	405
■ DA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO	405

■ SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	407
■ ENGENHARIA DE TRÁFEGO, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO	410
■ VEÍCULOS (CLASSIFICAÇÃO, EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS E SEGURANÇA)	411
■ REGISTRO DE VEÍCULOS	421
■ LICENCIAMENTO	425
■ CONDUÇÃO DE ESCOLARES	427
■ CONDUÇÃO DE MOTO-FRETE	428
■ HABILITAÇÃO	429
■ INFRAÇÕES DE TRÂNSITO	436
■ PENALIDADES	460
■ MEDIDAS ADMINISTRATIVAS	466
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO DE TRÂNSITO	470
■ CRIMES DE TRÂNSITO	475
■ DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	485
■ ANEXO I (DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES)	491

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

INTRODUÇÃO

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIAS

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

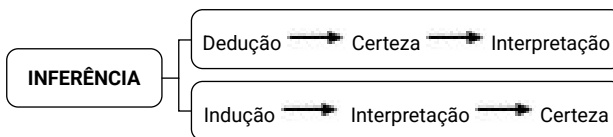
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

REDAÇÃO DISCURSIVA

INTRODUÇÃO À REDAÇÃO DISCURSIVA

Neste material, trabalharemos a redação discursiva. Você estudará algumas características inovadoras no conceito de produção de textos para quem quer atingir um melhor resultado em provas que exijam do candidato a habilidade de produzir um texto.

Aqui, serão apresentados os aspectos gerais da redação discursiva em sua estrutura textual, bem como todos os passos para a sua produção com eficiência. Porém, antes de iniciarmos, é importante dar atenção às dúvidas que geralmente são apresentadas pelos alunos para que se possa dar solução aos principais problemas que eles relatam.

DÚVIDAS FREQUENTES QUANTO À REDAÇÃO PARA CONCURSOS PÚBLICOS

Por que é tão difícil produzir um texto eficiente?

Sempre se ouvem os temores de alunos quanto às provas que cobram dos candidatos habilidades na produção de questões discursivas. Alguns dizem sentir-se tão despreparados que terminam por desistir dos concursos que trazem a redação como critério de classificação.

É necessário reconhecer que o hábito de escrever não está na prática do cotidiano da maioria das pessoas e que, hoje em dia, quando se dispõem a fazê-lo, exercitam essa habilidade normalmente em ambientes virtuais, como sites de comunicação e elaboração de e-mails.

No entanto, nesses ambientes, não é necessário, na maioria das vezes, adequar a escrita à norma padrão da língua. O resultado é que, quando ocorre a exigência da produção escrita, a prática que se tem não promove a eficiência nessa categoria de comunicação.

Como, em pouco tempo, desenvolver a habilidade da escrita em quem tem dificuldade de passar para o papel o que tem na sua cabeça?

Inicialmente, em um procedimento tradicional de produção de textos, começa-se pela apresentação de exemplos de textos bem escritos, depois se faz um planejamento textual, mostra-se sua estrutura, apresenta-se as partes que o compõem.

Depois disso, inicia-se a identificação dessas partes e de como elaborá-las separadamente: como se constrói um parágrafo; quais são as fases de sua elaboração; e quais são os diferentes tipos de parágrafos.

Também é mostrado como podem ser os parágrafos que introduzem, desenvolvem e concluem um texto dissertativo. Só depois de exercitar esses primeiros procedimentos é que se passa à produção de um trabalho completo, buscando a eficiência do todo por intermédio do agrupamento de cada uma das partes estudadas até a formação de um bloco contínuo e completo.

O truncamento desse trabalho ocorrerá certamente se o aprendiz não se dispuser a praticar esses conceitos. É aí que começa a frustração dos potenciais autores, pois, muitas vezes, só tentam praticar a escrita da redação após concluírem o estudo do livro didático e enfrentam grande dificuldade no momento do agrupamento — ou seja, em transformar em um todo aquilo que aprenderam a fazer em partes. Se o resultado não for satisfatório, acabam assumindo a dificuldade como uma inabilidade pessoal.

Como proposta de solução para essa dificuldade, vamos partir de um princípio inverso em que se começa da materialização do texto eficiente, satisfazendo os anseios dos nossos alunos: começamos pelo **todo** para depois estudarmos as **partes**.

Esse trabalho consiste na elaboração de máscaras de redação, o que proporciona um ponto de partida concreto na produção de redações eficientes a partir de modelos prontos e que serão estudados e adaptados para qualquer tema proposto pela banca organizadora do concurso, respeitando, ainda, o caráter da originalidade, da criticidade e da criatividade de cada autor.

As máscaras de redação garantem a eficácia sobre os principais quesitos exigidos pelas bancas organizadoras dos critérios de correção dos textos, tais como progressão textual e sequencialização, coesão e, consequentemente, coerência, além de atender naturalmente à estrutura própria dos textos dissertativos.

Outro ponto importante é o de permitir ao candidato uma projeção bem aproximada da extensão do seu texto em número de linhas.

Essa proposta também tem a finalidade de desenvolver uma maior agilidade na projeção e na construção da redação, otimizando o tempo de sua elaboração durante a prova.

Qual o peso ou a importância da redação em um concurso público?

O peso da redação é muito grande, por isso, ela faz a diferença na aprovação. Nos concursos atuais, a redação tornou-se o passaporte para o ingresso em grande parte das carreiras públicas, pois de nada vale um resultado positivo na prova objetiva se não houver sucesso na redação.

Os candidatos costumam dedicar seu tempo de estudos à prova objetiva e deixar a redação por último. Na maioria das vezes, passam naquela e reprovam nesta. Nesse sentido, é necessário exercitar a competência escrita desde o início dos estudos, com uma redação por semana ou, pelo menos, com uma a cada 15 dias.

O que conta mais para um bom resultado: ter bons conhecimentos sobre o assunto apresentado na proposta ou ter bons conhecimentos em língua portuguesa?

Em verdade, os dois aspectos são equivalentes em importância. No que diz respeito aos conhecimentos de língua portuguesa, estamos nos referindo à estrutura e à linguagem do texto dissertativo. Subentende-se que quem domina esses dois aspectos não enfrenta dificuldades com a ortografia e outros elementos gramaticais que, inclusive, costumam ter pouco peso na prova.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: OPERAÇÕES, PROPRIEDADES E APLICAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO E RADICIAÇÃO

NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS, REAIS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra N , e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo N^* para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N** . Além disso, podemos encontrar o **símbolo N^*** , que representa os **números naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “ n ” é o número “ $n+1$ ”.

- **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.

- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “ n ” é o número “ $n-1$ ”.

- **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.

- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, $(n - 1, n \text{ e } n+1)$ são números consecutivos.

- **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.

- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;

- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$$Z = \{\dots -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$$

DIREITO CONSTITUCIONAL

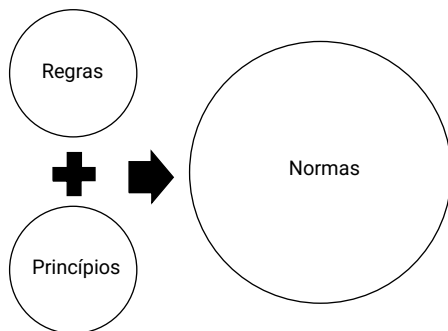
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ARTS. 1º A 4º)

Conceito e Natureza

Antes de adentrarmos propriamente no tema, é importante esclarecer um ponto que já foi objeto de prova: princípios, regras e normas se distinguem.

Há o gênero normas, do qual decorrem as espécies regras e princípios. As normas são amplas, abarcando, assim, a natureza abstrata dos princípios e a concretude das regras.



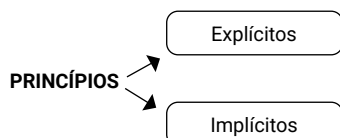
Os princípios são um alicerce de um sistema, uma estrutura básica do ordenamento jurídico, trazendo, também, uma melhor orientação à interpretação de um texto constitucional, que não pode ser feita de forma isolada, mas, sim, levando em consideração todo o contexto.

Os princípios constitucionais podem ser **explícitos** ou **implícitos**. Os princípios explícitos são aqueles que estão de forma expressa no Texto Constitucional (escritos).

Já os implícitos são obtidos por meio de uma construção lógica, estando subentendidos no texto mesmo não aparecendo expressamente.

Como exemplo de princípios explícitos, podemos citar os princípios do art. 37 da CF, os quais dizem respeito à Administração Pública.

Já quanto aos princípios implícitos, podemos citar o princípio da supremacia do interesse público, o qual, apesar de não ser encontrado expressamente na CF, é estritamente observado pelo poder público.



Princípios Fundamentais

Os princípios fundamentais são mandamentos que vão influenciar em toda a ordem jurídica.

Por exemplo, é nesse momento que o Texto Constitucional formaliza a relação entre **povo, governo e território**, elementos estes que são requisitos para a constituição de um Estado.

Além disso, servem como norte para outras normas e estão localizados no Título I da CF, de 1988, o qual é composto por quatro artigos.

Note que é nesses artigos que se proclama o regime político democrático com fundamento na soberania popular e na garantia da separação de função entre os governos.

Além disso, neles também são determinados os valores e diretrizes para o ordenamento constitucional.

Salientamos, antes de adentrarmos especificamente nos referidos artigos, que muitas questões de prova cobram do examinando um conhecimento prévio correlacionando a distinção do que são fundamentos (art. 1º), objetivos (art. 3º) e princípios (art. 4º).

Repare que, no parágrafo anterior, não foi exposto o art. 2º, mas isso se deu de forma proposital, tendo em vista que o examinador, muitas vezes, tenta confundir o candidato com o rol dos artigos anteriormente mencionados.

Para tanto, utilizaremos alguns mnemônicos ao longo das explicações, começando logo por “FOP” (fundamentos, objetivos, princípios).

Observe que esse mnemônico obedece à ordem alfabética, estando também em conformidade com a ordem dos artigos da Constituição (F-1º; O-3º; P-4º).

Assim, quando a questão mencionar algo relacionado a fundamentos, lembre-se de que estará se referindo ao exposto no art. 1º; quando mencionar objetivos, ao art. 3º; e, quando mencionar princípios, ao art. 4º. Não se esqueça também de que o art. 2º não entra como referência nesse mnemônico.

Fundamentos

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Capítulo I, do CTB, compreende os arts. 1º ao 4º e trata de disposições preliminares, trazendo algumas definições importantes para a compreensão e aplicação do CTB.

Art. 1º *O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.*

Vejamos que o CTB abrange apenas vias terrestres do Brasil, ao passo que as vias aéreas e marítimas não são regidas por ele. Quanto às vias abertas à circulação, o CTB rege também, excepcionalmente, as vias privadas.

Mais recentemente, com a publicação da Lei nº 13.146, de 2015, foram colocadas disposições aplicáveis às vias públicas nos estabelecimentos privados de uso coletivo (vias particulares), podendo ocorrer uma fiscalização de trânsito nos estacionamentos destes estabelecimentos (estacionamentos de shoppings, farmácias, hipermercados), provocando um fenômeno da publicização das vias particulares. Portanto, é possível a lavratura de auto de infração de trânsito em estacionamento de um shopping.

Mas, afinal, o que é uma via? O conceito de via está no Anexo I, do CTB:

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

[...]

VIA - superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central.

O § 1º, do art. 1º, traz a definição de trânsito:

Art. 1º *[...]*

§ 1º *Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.*

Convém ressaltar que os conceitos de estacionamento, parada, circulação e operação de carga e descarga estão no Anexo I, do CTB.

A principal diferença está nos conceitos de estacionamento e parada. Observe-se que a parada é um tempo restrito ao embarque e desembarque de passageiros. Se, por acaso, o condutor estiver dentro do carro, aguardando uma pessoa fazer compras em frente a um estabelecimento comercial, por exemplo, e houver uma sinalização de proibição de estacionamento, o condutor poderá ser autuado por estacionar em local proibido.

Vejamos os conceitos de estacionamento, parada e operação de carga e descarga previstos no Anexo I, do CTB:

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

[...]

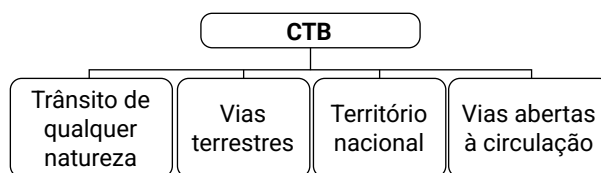
ESTACIONAMENTO - imobilização de veículos por tempo superior ao necessário para embarque ou desembarque de passageiros.

[...]

OPERAÇÃO DE CARGA E DESCARGA - imobilização do veículo, pelo tempo estritamente necessário ao carregamento ou descarregamento de animais ou carga, na forma disciplinada pelo órgão ou entidade executivo de trânsito competente com circunscrição sobre a via.

[...]

PARADA - imobilização do veículo com a finalidade e pelo tempo estritamente necessário para efetuar embarque ou desembarque de passageiros.



Desta forma, enquanto o caput, art. 1º, determina que o trânsito nas vias terrestres abertas é regido pelo CTB, o § 1º traz o conceito do que é trânsito. Vale mencionar que o Anexo I, do CTB, também apresenta um conceito de trânsito nos seguintes termos: “movimentação e imobilização de veículos, pessoas e animais nas vias terrestres”.

Art. 1º *[...]*

§ 2º *O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do sistema nacional de trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito.*

Muito cuidado com este dispositivo. Se lhe fosse perguntado se o trânsito em condições seguras é dever de todos, o que responderia? Pois bem, o CTB afirma que o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos de trânsito.

O § 2º traz ainda o que podemos chamar de “princípio da universalidade do direito ao trânsito seguro”, uma vez que cria um direito aplicável a todos, indistintamente, o que não significa, entretanto, que, por ser direito, não represente igualmente uma obrigação.

A segurança do trânsito depende, logicamente, de uma participação de toda a sociedade, não sendo possível esperar que apenas os órgãos e entidades de trânsito se responsabilizem pela garantia a esse direito. Salienta-se que o trânsito, em condições seguras, é um **direito** de todos e não **dever** de todos.

Art. 1º *[...]*

§ 3º *Os órgãos e entidades componentes do sistema nacional de trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.*

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO